



ATA

**11ª REUNIÃO COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA MILITAR**

Aos vinte e três dias do mês junho do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, reuniu-se por videoconferência a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes os(as) servidores(as) Gustavo Cândido da Silva, Leonardo Vaz de Melo, Letícia Sofal Costa, Kely Cristina Barbosa Machado e Giovanne Gomes da Silva. A servidora Valéria Linhares de Lima justificou a ausência antecipadamente. O desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes. O servidor Leonardo Vaz de Melo apresentou a nova jornalista do Tribunal, lotada na SECOM e informou que a servidora tem muita experiência com a estruturação de textos para livro, uma vez que foi a responsável pelo lançamento de 8 volumes comemorativos de 75 anos do Tribunal de Contas do Estado e que, a partir da experiência, poderá compartilhar com a Comissão sobre os erros que ocorreram no TCE para evitar que ocorram com a edição comemorativa dos 85 anos do TJMMG. O desembargador Fernando Galvão observou que a participação da servidora nesta atividade será muito positiva, uma vez que ela terá um olhar mais isento, sem vícios acerca do texto de modo a imbuir uma narrativa coerente e linear e pediu que a Esperança compartilhasse um pouco da experiência com os colegas. A servidora narrou que o TCE tinha um volume muito grande de informações e que o objetivo era contar a parte histórica, mas também prestar homenagens a pessoas importantes na história da instituição, que por se tratar de 8 volumes o trabalho foi mais intenso e que ela fez todo o trabalho de redação e acompanhamento. A servidora compartilhou as impressões que teve sobre a experiência e se colocou à disposição para ajudar à Comissão. O desembargador agradeceu à servidora e solicitou ao servidor Leonardo Melo que informasse sobre o andamento do processo de contratação para diagramação e impressão do Livro. O servidor esclareceu que o Termo de Referência já foi encaminhado para o setor de Licitações e Contratos, que a servidora Marina Rossi teceu considerações críticas sobre o documento, mas que a intenção era avançar com o processo e, como ainda será submetido à Assessoria Jurídica, os possíveis erros poderão ser sanados sem comprometer o andamento e alertou que a servidora Marina Rossi está em férias e que, normalmente, o tempo gasto no processo de licitação e contrato é de cerca de dois meses e, com as férias da Marina, ele teme que o processo pode demorar um pouco mais, por isso optou por dar andamento ao processo. O desembargador Fernando Galvão manifestou preocupação com a informação e pediu que o servidor acompanhasse atentamente a evolução da contratação. A servidora Kely Machado informou que enviou um texto para a composição do livro sobre os 85 anos da Justiça Militar estadual para o e-mail do desembargador e que tentou organizá-lo cronologicamente. A servidora Letícia Sofal informou que também tem um texto redigido e que as duas poderiam colocar conciliar os dois textos em um único. O desembargador Fernando Galvão pediu que as servidoras fizessem essa organização e enviassem o texto por meio do grupo de whatsapp da Comissão. O desembargador Fernando Galvão informou que chegou uma demanda do CNJ sobre um ato normativo para regulamentar a Política da Gestão documental e de Memória Justiça Militar, cujo prazo para publicação é 31 de agosto. O desembargador explicou que é necessário fazer uma minuta de Resolução para encaminhar para a Presidência do Tribunal. O desembargador compartilhou uma Resolução análoga publicada pelo TJMG. O servidor Leonardo Melo observou que a Resolução trata tanto das atividades do Comitê da Memória quanto das atividades da Gestão Documental e que o TJMG fez duas resoluções, mas o CNJ trata das duas atividades em um mesmo ato normativo. O desembargador Fernando Galvão esclareceu que as atividades da Gestão Documental serão regulamentadas pelo Comitê próprio, presidido pelo desembargador James Ferreira. O desembargador Fernando Galvão indagou ao Comitê se alguém entre os integrantes poderia elaborar uma minuta usando como referenciais a Resolução do TJMG e a Resolução do CNJ. O servidor Leonardo

Melo informou que a SECOM está com uma demanda de edição de um vídeo e que os servidores Gustavo Cândido e Valéria Linhares estão em férias, mas que poderia fazer após o dia 04 de julho. O desembargador Fernando Galvão explicou os procedimentos para elaborar a minuta e pontuou que assim que estiver pronta, para compartilhar com a Comissão para fazer os ajustes e submeter ao Pleno. A presente reunião encerrou-se às 15h22. Nada mais havendo a registrar, eu, Luanda Geneviève Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA**, Desembargador Civil do TJMMG, em 06/07/2022, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0236808** e o código CRC **71D58B6C**.